

Tese Chapa Lula Livre – Partido é para todos e todas

MPT/TRIBO/ Independentes

1. Vivemos um momento de mudança global do padrão de acumulação do Capitalismo e da natureza das disputas sociais, por isso torna-se mais importante a construção do diálogo interno no PT, com todas as forças de esquerda e com as forças democráticas preocupadas com a ofensiva da extrema direita de corte neofascista.
2. O PT demonstrou ser capaz de resistir aos ataques golpistas e se manteve como principal referência de oposição no Brasil e uma referência de esquerda no mundo. Nosso desafio será fortalecer essa luta com a compreensão atualizada da realidade e uma pauta que nos prepare para o próximo período, como partido que tenha profunda interlocução com a Sociedade e demais partidos engajados na luta pela Democracia e liberdade de Lula - que ocupa uma centralidade em nossa ação por simbolizar e sintetizar nossa luta -, pela Soberania Nacional e pelos direitos sociais. Mas ao mesmo tempo o PT deve ser cada vez mais um partido dirigente que formule e construa caminhos a serem trilhados por esse campo político progressista.
3. O PT teve muitos avanços sociais em seus governos. Foi o melhor governo da história para inclusão social, erradicação da fome, soberania nacional, criação de empregos, diminuição das desigualdades, ascensão social dos mais pobres, expansão das universidades e dos Institutos Federais, mas o conjunto do partido incorreu em ingenuidades nesse processo.
4. A primeira foi a do “Republicanismo”. Fomos republicanos com quem não é e nunca foi republicano: a mídia monopolista, o judiciário que sempre foi o reduto e o reflexo da elites mais atrasadas e antigas do escravismo nacional, os serviços de inteligência, as forças armadas e os aparatos de segurança, ainda sob controle dos que estavam no poder na época da ditadura (1964-1985), e parcelas de corporações que se pautavam apenas por interesses próprios e pelas disputa de poder para seus

agrupamentos, como o MP e grande parte da PF. Permitimos que esses grupos se reproduzissem e acumulassem força para nos derrubar numa ruptura constitucional.

5. Fomos, somos e continuaremos a ser republicanos e defensores incondicionais da Democracia, mas a Democracia deve se proteger das ameaças que nascem no seu interior, de fascismos, de desestabilização provocada por serviços de inteligência e financiamentos estrangeiros, desestabilizações e golpismos por parte da mídia monopolista.
6. Outra ingenuidade é que acreditamos que bastava fazer política sociais benéficas para a maioria da população e essa se manteria conectada politicamente conosco. Não investimos na disputa de valores e de cultura como deveríamos fazer, na disputa de hegemonia de um novo bloco histórico.
7. A compreensão da crise econômica, social, política e cultural brasileira não estará completa sem a análise da conjuntura internacional, das correlações de forças das classes sociais em nível mundial e dos blocos econômicos em disputa nesse cenário. Vivemos hoje a decadência do império estadunidense e a ascensão de um bloco econômico que tem a China no papel de principal motor. Esse cenário permite ambientar a luta de classes e a luta pela Democracia hoje no Brasil.
8. O golpe no Brasil se insere, também, no processo que se iniciou com a crise econômica do Capitalismo em 2008. Aquela crise, diferente das anteriores crises cíclicas do Capitalismo, foi apontada como uma crise sistêmica que poderia comprometer a sobrevivência do Capitalismo. Entretanto, ela serviu de oportunidade para se aplicar o que se fazem nas demais crises do Capitalismo: diminuir os direitos sociais, trabalhistas e previdenciários, ampliar os recursos do Estado disponíveis para subsidiar a recuperação dos bancos e os lucros dos mesmos, e ampliar a miséria.
9. Foi uma oportunidade para aplicar a receita da **austeridade fiscal** em muitos países, reduzindo os investimentos públicos em áreas sociais e ampliando o poder do capital financeiro sobre os Estados Nacionais. Privatizar empresas estatais e fundamentalmente para que o grande

capital pudesse, numa circunstância de crise, se apropriar dos “estoques de riqueza” de cada Estado.

10. Os EUA como potência em decadência e perdendo espaço para China jamais poderiam permitir que o Brasil criasse uma referência na América do Sul com o Mercosul e a UNASUL, que participasse da criação do Banco dos BRICS, que decidisse explorar o Pré-Sal com uma empresa estatal que estimulava a indústria nacional, a exemplo da indústria naval, que já foi destruída pela Lava Jato. E por isso planejou, articulou e se associou aos grupos e organizações afins para desestabilizar, criar o caos, promover a insegurança e permitir o avanço das pautas conservadoras. Trata-se aqui da estratégia das “guerras híbridas”.
11. Essa tomada do poder teve sua expressão mais significativa no Brasil com Temer, a partir de 2016, e com Bolsonaro, a partir de 2019. Ambos são parte do mesmo processo, que capturou o Estado brasileiro para os interesses do grande capital financeiro, das petroleiras estrangeiras e da elite entreguista das riquezas e do patrimônio nacional.
12. A emenda constitucional 95, aprovada ainda em 2016, congelou os investimentos sociais por 20 anos para destinar mais recursos para o pagamento dos juros e dividendos aos credores da dívida pública. A reforma trabalhista de 2017 foi aprovada com as promessas mentirosas de criação de 5 milhões de empregos e de retomada do crescimento econômico.
13. Agora a tentativa de aprovar a “Nova Previdência” com a desconstitucionalização da Seguridade Social e a implantação do malfadado regime de capitalização é a grande oportunidade de apropriação da riqueza dos trabalhadores pelos grandes financistas internacionais. Esse modelo de Previdência destrói os direitos da classe trabalhadora, empobrece grande parcela da sociedade brasileira (mulheres, idosos, trabalhadores rurais e pessoas com deficiência). Tudo isso faz parte dos objetivos do golpe que resultou na guerra híbrida no Brasil.
14. Da mesma forma, a destruição do regime de partilha, a entrega dos reservas de Pré-Sal a preços irrisórios para as grandes petroleiras estrangeiras, a privatização da Petrobras em curso de forma “fatiada”

mas firme e rápida foram objetivos já alcançados desse golpe que comete crimes de lesa pátria e deve ser revertido com a força e o rigor das forças democráticas, populares e defensoras da soberania nacional.

15. Os ataques às demarcações das terras indígenas, a liberação do porte de armas, a criminalização das lideranças e movimentos sociais; o uso de agrotóxicos em escala descomunal são iniciativas que materializam na vida da população as consequências dessa tomada de poder. Para a compreensão desta conjuntura é necessário destacarmos os principais aspectos da atual gestão federal.

16. Governo das milícias; crime organizado se apropria do governo; a volta dos militares ao protagonismo político; a tutela militar; fundamentalismo; oportunismo político

17. No atual governo podemos identificar quatro núcleos de poder que representam distintos interesses sobre a Sociedade. Há o núcleo econômico, com o ministro da economia Paulo Guedes e o presidente do Banco Central que defendem e tocam à frente a reforma da previdência, a desvinculação de receitas dos orçamentos, a privatização extrema, a mercantilização da Educação, Saúde, Previdência e Segurança.

18. Há o núcleo ideológico: os ministros da Educação, das Relações Exteriores e da Família, além da família Bolsonaro. Esse é uma mistura de fundamentalismo religioso, ataque aos valores democráticos e aos direitos humanos, subserviência aos EUA e com um projeto fascista de diminuição dos direitos da Mulher, não reconhecimento dos direitos LGBT e perseguição e aculturação das populações indígenas e quilombolas.

19. O terceiro núcleo é o militar, que dentro do governo tem a estratégia de ocupação de espaço, com busca de vários ministérios e cargos em escalões inferiores, e hoje garantem mais postos de comando do que na época dos governos da Ditadura de 1964 a 1985. Entretanto até o presente momento não apresentaram um projeto de Nação, diferentemente da época da ditadura civil-militar.

20. Por fim há o quarto núcleo, talvez o mais midiático e com alianças fortes com a grande mídia, que se aninha no Ministério da Justiça, podemos denominá-los de “justiceiros com sede de poder”: segmentos do MP, PF, Judiciário, TCU e partes das corporações policiais.
21. Outro traço marcante do governo é o fato de que quem dirige o mesmo hoje é uma facção política ligada ao crime organizado das milícias. Os diversos membros da família Bolsonaro em muitos momentos fizeram elogios públicos às milícias no Rio de Janeiro e a grupos de extermínio pelo Brasil, inclusive indicaram milicianos para recebimento de medalhas e honrarias legislativas. O assassinato de Marielle Franco apenas deu nitidez e visibilidade ao fato que nos gabinetes dos filhos do presidente e dele mesmo há assessores milicianos, parentes de milicianos, pessoal ligado diretamente a diferentes crimes, inclusive ao de Marielle. Reiteramos nossa oposição a este governo e reafirmamos o nosso projeto de sociedade socialista democrático.

22. As reformas estruturais e na economia, a centralidade da captura da política econômica do Estado pelos interesses rentistas da dívida pública.

23. A continuidade do crescimento econômico no ritmo da era Lula e Dilma, com criação de empregos, inclusão social ampla, diminuição das desigualdades sociais e regionais e criação de infraestrutura só será possível com uma série de **reformas estruturais** no país que garantam a continuidade da capacidade do Estado em ser o grande impulsionador do desenvolvimento econômico.
24. Um bom exemplo desse novo programa é uma reforma tributária forte. E uma reforma tributária forte como a já apresentada pela bancada federal do PT e pelo programa de governo de Lula e Haddad em 2018 implicará em conflito com os interesses das pessoas de altas faixas de renda.
25. Outra reforma fundamental será na política econômica. O tripé macroeconômico das metas de inflação, superávit primário e política de juros altos da SELIC pôde ser suportado num momento anterior do

superciclo das commodities, e os bancos lucraram como nunca na História ao mesmo tempo em que promovemos a maior inclusão social da História. Essa combinação de fatores não existe mais, e uma nova política econômica demandará uma diminuição do peso do capital financeiro na Economia, uma diminuição da taxa SELIC para níveis médios internacionais e inclusive uma auditoria da dívida pública para identificar o seu perfil e eventuais situações de duplicidade de cobranças e pagamentos.

26. Por conta da constatação do poder e influência dos meios de comunicação, os novos e os velhos, na definição da agenda nacional e na influência política distorcida e interessada que têm, há a necessidade, além das reformas tributária e da política econômica, da reforma dos meios de comunicação, especificamente com a regulação econômica e outras formas de democratização do acesso e circulação de informações e opiniões.
27. A Reforma Agrária continua necessária e atual, com um viés de estímulo à agricultura familiar, ao cooperativismo com uma perspectiva de agroecologia, e esta deve se articular com a transição ecológica proposta em nosso plano de governo de 2018.
28. A Reforma Urbana continua sendo prioritária e urgente, que deve abarcar muito mais que o Minha Casa Minha Vida, deve redesenhar as cidades para serem mais inclusivas, humanizadas, sustentáveis, racionais e deixarem de ser espaços de exploração predatória dos setores empresariais da coleta de lixo, do transporte público e da especulação imobiliária.

29. As tarefas do PT a partir do VII Congresso

30. Estamos numa luta de longo percurso de resistência, de reorganização social, política e ideológica em que a luta institucional é tão importante quanto a luta dos movimentos sociais, a luta cultural e simbólica, a luta nas redes virtuais; uma luta em que a disputa de perfil econômico e social está imbricada e indissociável das lutas das mulheres, dos negros, dos LGBTs, da juventude, das populações indígenas, do campo e das cidades.

31. Fortalecer a campanha Lula Livre e a denúncia nacional e internacional contra as arbitrariedades e a parcialidade de segmentos do Judiciário e do MP brasileiros, nas redes e principalmente nas ruas.
32. Fortalecer os diretórios do Partido contemplando a diversidade cultural, as lutas e vitórias da região. Respeitando efetivamente as cotas e paridades. As sedes devem ser espaços acolhedores, de formação e difusão de informações
33. Manter o plano de lutas que articula a luta democrática e pelo Estado democrático de direito com a luta dos direitos sociais, em defesa da Previdência pública, do serviço público, da revogação da emenda do congelamento dos gastos sociais (que destrói os serviços de Saúde, Assistência Social, Habitação e Educação);
34. Fortalecer a referência do programa de governo Lula e Haddad de 2018 como indicativo de políticas públicas nas diferentes áreas e demandas da Sociedade brasileira, como a transição ecológica, a Segurança Pública e uma nova política econômica.
35. Estamos num momento de exceção, não podemos fazer oposição como se estivéssemos na normalidade democrática, precisamos denunciar e atacar as proposta e ações que fazem retroagir a civilização no Brasil. Um governo que ataca as populações indígenas, destrói as florestas, libera massivamente os agrotóxicos, destrói a previdência, defende o trabalho infantil, precariza o trabalho e destrói a soberania nacional demanda oposição radical e contínua. Sempre fomos e continuaremos a ser oposição sistemática ao governo Bolsonaro e às suas propostas. Trabalharemos diuturnamente para desgastá-lo, nas ruas, no parlamento, nas redes virtuais e nos embates no judiciário.
36. Orientar a CEN e as bancadas parlamentares a definirem oficialmente uma linha de orientação partidária para atuação no Congresso Nacional, nas Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e em nossos governos estaduais e municipais. O PT é um partido dirigente e deve orientar seus representantes a manterem coerência com o programa e as posições do partido;

37. Orientar nossas bancadas, governos estaduais e municipais a aumentar a sintonia com os movimentos sociais, ambientais e frentes de defesa da democracia em suas localidades;
38. Fortalecer o trabalho do partido com as Juventudes, respeitando suas formas de organização e expressão, contribuindo para que, cada vez mais, os jovens se constituam como sujeitos da ação política no país. Propomos o direito a voto aos secretários/as de juventude e de mulheres nas executivas do Partido.
39. O PT deve estimular candidaturas jovens, negras, de mulheres, LGBTs e indígenas para as próximas eleições, ampliando e renovando nossas representações públicas em todos os níveis, inclusive nos pequenos municípios.
40. Estamos num momento em que o PT deve se apresentar para a Sociedade, defender seu legado, analisar os pontos que faltaram ser trabalhados em nossos governos, denunciar a farsa do judiciário e da mídia que está destruindo o Brasil e os direitos da classe trabalhadora, das mulheres, dos jovens, dos negros, das populações indígenas e da comunidade LGBT.
41. Na disputa de 2020, daremos encaminhamento ao que a executiva nacional já começou a fazer com o mapeamento dos municípios com mais de 50 mil eleitores, e estimular que tenhamos o máximo de candidaturas próprias. Apresentaremos alternativas de gestão democrática, com forte investimento social e sustentáveis, retomando os mandatos democráticos e populares, a inversão de prioridades nas políticas públicas para os setores mais pobres e vulneráveis da Sociedade, criação de consórcios municipais e divulgando o “Modo Petista de Governar”, que já tem um patrimônio muito extenso de propostas de atuação nos três níveis da Federação e deve ser apropriado pela militância e pelos candidatos e divulgado para a Sociedade.;
42. Além dessa disposição em ocupar espaços, estimular novas lideranças, mostrar o legado e o programa do partido com o lançamento do máximo de candidaturas, precisamos perceber que as eleições de 2020 são o “primeiro turno” das eleições de 2022. Precisamos expressar nesta defesa da ampliação do leque político na luta pela Democracia, pelos

Direitos Humanos e por Lula Livre, disputando setores de centro-esquerda e de centro visando tornar nosso bloco político mais competitivo e orgânico nas eleições de 2022, o que pode nos levar a abrir mão de algumas candidaturas e a compor um arco de forças importante para a disputa.

43. O PT em 2020 e 2022 deve ter uma política de fortalecimento da solidariedade partidária e da atuação coletiva e estratégica para a construção de uma nova Sociedade com novos valores.
44. Nesse sentido, o PT deve estimular medidas como mandatos coletivos, quando o candidato eleito partilha o mandato com um grupo de apoiadores por meio da formação de um conselho que deve definir as diretrizes de atuação do parlamentar. Propomos que os integrantes das chapas proporcionais possam também participar dessa atuação coletiva, seja nos mandatos ou nas assessorias coletivas, para a elaboração, acompanhamento e avaliação das políticas públicas, a organização da Sociedade Civil e para a reivindicação de seus direitos.
45. A disputa de 2022 já está em curso, sendo que pela instabilidade e desgaste criados pelo golpe devemos acumular forças desde já num processo de enfrentamento forte e radical com o governo de perfil fascista. As lideranças de Lula e Haddad são nossos principais patrimônios políticos. Lula cada vez que dá entrevista abala os pilares do golpismo e do fascismo, demonstrando estar cada vez mais articulado e capacitado para liderar a oposição, desmascaramento da “Farsa a Jato” e liderando a luta pela justiça social;
46. Haddad acumulou 47 milhões de votos no 2º turno de 2018. É nossa segunda maior liderança, e deve estar viajando o país junto com o partido, denunciando o golpe, levando a palavra de Lula, fortalecendo a campanha Lula Livre e fazendo o bom debate que ele sabe fazer sobre as alternativas para a crise brasileira, articulando movimentos sociais, intelectualidade, sociedades científicas, pesquisadores e cientistas, jovens, setores médios, empresários, movimentos de mulheres, negro e LGBT, segmentos do judiciário e do MP, segmentos dos militares e das forças policiais e o amplo segmento das diversas denominações religiosas comprometidas com a Democracia e a Justiça Social. Não há

outro partido no Brasil com duas lideranças capazes, articuladas e campeãs de votos como o PT, que tem Lula e Haddad. Devemos investir nesse patrimônio e potencializá-lo.

47. O PT deve manter o que está desenvolvendo competentemente na denúncia contra os sucessivos golpes, de resistência nas ruas e nos parlamentos à destruição da Nação Brasileira, da Democracia, da Soberania Nacional e dos Direitos Sociais. Deve sustentar sua campanha internacional de denúncia pela liberdade de Lula e ter uma estratégia concatenando tudo isso com um projeto de futuro, de reconstrução da alternativa democrático e popular de governo e de poder, que proponha reformas estruturais profundas como a tributária, a da política econômica, a agrária, a bancária, a urbana, a reforma da regulamentação dos meios de comunicação, a reforma do judiciário para promover a transparência e a participação da Sociedade neste poder.
48. Essa estratégia deve concatenar os setores sociais listados anteriormente para a conformação de um bloco Histórico para a superação do sistema econômico e social capitalista, que só aprofunda as desigualdades e a miséria em todo o mundo e destrói a Natureza comprometendo o futuro da Humanidade. Esse bloco fará a disputa de hegemonia, disputando o centro político e setores que defendem a Democracia, propondo um novo modelo de Sociedade e relação com o meio ambiente.

Viva, o PT! Viva a militância petista! Lula Livre!